



# Beata Mafalda no Vale do Sousa românico: Património, obras pias e memória

Joaquim Costa\*

## Palavras-chave

Mafalda Sanches, Beata (1195? – 1256); Vale do Sousa (História); Românico do Vale do Sousa.

## Keywords

Mafalda Sanches, Blessed (1195? - 1256); Vale do Sousa (History); Romanesque in the Vale do Sousa.

## Resumo

*O presente texto tem por objectivos demonstrar a relevância da beata Mafalda Sanches para desenvolvimento do Vale do Sousa, no período medieval, promovendo a fixação das populações e o culto religioso através de obras pias e, ao mesmo tempo, evidenciar a profunda relação entre a filha de D. Sancho I com a arte românica no Vale do Sousa, em virtude de um considerável número de monumentos românicos terem sido, por tradição, construídos por sua vontade ou em memória dela. Pretendemos assim, colocar a personalidade em análise dentro de um leque restrito de famílias ou figuras medievais em que o seu poder, influência e boa vontade foram decisivos para a consolidação social e religiosa do Vale do Sousa e da arte românica na região.*

## Abstract

*This paper aims to demonstrate the relevance of the blessed Mafalda Sanches for development of the Vale do Sousa, in the medieval period, promoting the establishment of the population and the religious cult by pious works, and at the same time it shows the deep relationship between the daughter of D. Sancho I with the Romanesque art in the Vale do Sousa, due to a considerable number of Romanesque monuments have been, by tradition, constructed by his will or in her memory. We intend to put the person in question within a restricted range of medieval families or figures in their power, influence and good will was decisive in consolidating social and religious of the Vale do Sousa and Romanesque art in the region.*

---

\* Técnico Superior de História na Rota do Românico.

## 1. Princesa, rainha e religiosa

Mafalda Sanches era filha de D. Sancho I de Portugal e de D. Dulce de Aragão<sup>1</sup>, tendo recebido em herança o nome da sua avó, a rainha Mafalda de Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques. Não se sabe ao certo o ano do seu nascimento, mas, por se tratar de um dos filhos mais novos de Sancho I e de Dulce de Aragão, aponta-se os anos de 1195 ou 1196 (Natário, 2008:145). António Correia *et al.* (1936:870) mencionam, ainda, o ano de 1200, embora pouco provável, em virtude de D. Dulce de Aragão ter falecido a 1 de Novembro de 1198 (Natário, 2008:83). Como local de nascimento é referido Amarante (Rota do Românico, 2010).

Como sua mãe morre quando Mafalda tinha ainda tenra idade, ela foi educada em terras de Penafiel, por D. Urraca Viegas, filha de Egas Moniz e Teresa Afonso (Natário, 2008:144), da família dos Ribadouro<sup>2</sup>. D. Sancho I conhecia perfeitamente esta família nobre, em virtude de Egas Moniz ter sido o Aio de seu pai, D. Afonso Henriques, e a mulher de Egas Moniz, já viúva, ter criado os príncipes do nosso primeiro rei (Mattoso, 1999:407). De sua Aia, D. Mafalda recebeu uma educação esmerada baseada, porventura, nos mesmos princípios usados por Egas Moniz<sup>3</sup> no seu avô. Assim, a sua educação privilegiou o contacto com o ar puro e sadio do campo, a convivência com o povo, bem como a

transmissão do senso de povoadora e benfeitora (Correia *et al.*, 1936:871). Ou seja, a infanta Mafalda Sanches, provavelmente, recebeu dos Ribadouro uma educação no âmbito de uma filosofia educativa de continuação iniciada no seu avô e que, potencialmente, lhe marcou o seu rumo de vida.

A infanta era uma mulher bela a nível físico e espiritual. Para caracterizar o seu aspecto físico, Jorge Cardoso (1666:23) descreve-a como sendo “excellente nas proporçoens do corpo, & fisonomia do rosto, que não auia em toda Europa, quem lhe fizesse opposição (...)”.

A sua beleza espiritual também era digna de louvar, sendo descrita pela religiosa cisterciense D.M.D.N. da seguinte forma:

“A formosura do rosto mostra qual he a formosura da alma e rosto com tantas partes de formoso e com tantos sinais de engraçado não pode ter alma fea; que a graça da cara nasce de ser alma engraçada e quando o rosto e o corpo tem muitos dotes de perfeito, he por ter mais perfeita a alma” (Rocha, 1998:242).

Por conseguinte, os seus dotes de beleza não passaram despercebidos aos cronistas, que a apresentavam como uma mulher bela e formosa. Sendo as suas características físicas elogiadas por

<sup>1</sup> Segundo Frederico Francisco de la Figanière (1859:66) na obra *Memórias das Rainhas de Portugal*, D. Dulce de Aragão terá sido das rainhas consorte mais fecundas. Filhos legítimos com D. Afonso I foram pelo menos dez (Afonso, Pedro, Fernando, Henrique, Raimundo, Teresa, Mafalda, Branca, Berengária e Constança). No entanto, o monarca português terá tido alguns filhos bastardos, como Martin, Urraca, Rodrigo, Gil e Constança Sanches (Sousa, 2000:38). No total D. Sancho I teria tido cerca de quinze filhos, entre legítimos e bastardos.

<sup>2</sup> A família dos Ribadouro (de Paço de Sousa), juntamente com a dos Sousas ou *Sousões* (de Pombeiro) foram duas das cinco principais famílias (com os Bragança, Maia e os de Baião) que constituíram a primeira nobreza portuguesa e que até ao século XIII governaram a região do Entre-Douro-e-Minho, com fortes ligações aos primeiros reis portugueses (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008:54). Relativamente aos de Ribadouro e Sousões, o seu papel foi preponderante para o desenvolvimento do Vale do Sousa. Para além das estreitas relações com a família real, os filhos destas duas famílias tiveram um papel determinante na expansão e no povoamento do território, na construção de mosteiros e igrejas e contribuíram, ainda, para a eleição de abades e administradores dos bens da Igreja (Rota do Românico, 2010). A título de exemplo é atribuída à família dos Sousões a fundação do Mosteiro de Pombeiro e a igreja de São Vicente de Sousa.

<sup>3</sup> Egas Moniz exerceu em D. Afonso Henriques, desde a mais tenra idade, uma enorme influência, quer a nível educativo como político, só posta em causa aquando do cerco a Guimarães por Afonso VII de Leão (1127), em que Egas Moniz prometeu ao rei de Leão que D. Afonso Henriques lhe prestaria nemagem, conseguindo assim, que o cerco fosse levantado. No entanto, o futuro rei de Portugal recusou executar a promessa feita e este episódio histórico terminou com a célebre ida de Egas Moniz e sua família a Toledo (Sousa, 2000:33).

todos, estas prestavam-se, dentro da tradição medieval, a ser uma excelente *moeda de troca* para alianças entre famílias.

Por volta dos onze anos, junta-se às restantes irmãs que habitavam o Mosteiro de Lorvão (Natário, 2008:144), não lhe desagradando esta opção de devoção a Deus, segundo as regras de Cister<sup>4</sup>. Mas a opção pela via religiosa terá tido, possivelmente, outras condicionantes à luz da sociedade medieval, nomeadamente quando estavam em causa elementos das famílias reais e da alta nobreza. Em primeiro lugar surge a questão da linhagem na sucessão. Necessariamente masculina, esta tradição implicava, muitas vezes, a exclusão ou a inferiorização dos outros filhos. De um modo geral, os segundos filhos recebiam ou uma proporção inferior do património ou eram encaminhados para a vida militar ou religiosa. Já as filhas poderiam servir de elemento estratégico em alianças, através do casamento, viviam à custa do chefe da linhagem ou seguiam, como os homens, a via religiosa. Quando a opção tomada era a última referida, chegava-se a reservar comunidades inteiras ou a fundar para elas abadias novas, como menciona José Mattoso (1992:221). Para o corroborar, Ana Maria Ferreira Martins (2006:97) também o refere ao considerar que, no caso de Cister, esta foi a ordem de eleição por parte das mulheres de sangue real e da alta nobreza. Ou seja, este facto poderá ter sido uma das razões para que as filhas de D. Sancho I optassem pela fundação ou reformulação de mosteiros.

Em segundo lugar, apresentam-se as razões de ordem política, nomeadamente com a subida de seu irmão a monarca. Quando ascende ao poder, em 1211, D. Afonso II, *O Gordo* - cujo carácter era pouco belicoso e muito ciumento da própria autoridade (Maurício, 1999:708) - preocupou-se sobretudo com as questões administrativas e políticas do reino. Iniciou de imediato uma

linha de governação que passava pela supremacia régia, não através do uso da força das armas mas na defesa intransigente dos direitos régios, sobre todos os poderes internos e externos, recusando a fragmentação feudal ou senhorial (Mattoso, 1992:391-392). É neste contexto que devemos incluir a luta entre o monarca e as suas três irmãs – Teresa, Sancha e Mafalda – a quem o pai deixara em testamento, largos domínios. O novo rei pretendia exercer nas terras deixadas em testamento às suas irmãs, os seus direitos reais de forma abusiva. Se no caso de Teresa e Sancha o rei ainda tinha uma certa razão, no caso do litígio com sua irmã Mafalda acabou por perder a causa a favor dela (Maurício, 1999:708). Este terá sido um dos episódios que contribuiu para que D. Mafalda optasse pela via religiosa. Mas a vida da princesa estava longe de ser perfeita, de dedicação plena a Deus, como tinha desejado.

Acontece que, com a morte de Afonso VIII de Castela e a subida ao trono de Henrique I, na altura uma criança de 12 anos, D. Afonso II de Portugal anteviu uma oportunidade de aliança com Castela, através de casamento, numa tentativa de fazer face às relações tensas que existiam entre Portugal e o reino de Leão. Posto isto, D. Mafalda era quem melhor se posicionava para dar satisfação a este projecto (Correia *et al.*, 1936:871). D. Afonso II terá imposto à infanta que se casasse com Henrique I, sendo que ela aceitou o sacrifício por julgar ser impossível negar as suas obrigações perante o reino e o povo português (Natário, 2008:144).

Consumado o acordo, Mafalda Sanches, com 19 anos, casou, em Agosto (Oliveira, 1999:798) de 1215, com o monarca menor de idade, indo viver de seguida para Palência (Natário, 2008:144). Um dado curioso sobre o enlace é referido por António Caetano de Sousa (1735:71) na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, quando refere que, apesar das bodas

<sup>4</sup> A ordem feminina de Cister surge em Portugal graças à acção das filhas de D. Sancho I - as princesas Teresa, Sancha e Mafalda - primeiramente através de D. Teresa, com a colocação em 1196 ou 1206 segundo outros autores, de freiras cistercienses em Lorvão, substituindo os monges beneditinos que ali existiam (Franco, Mourão e Gomes, 2010:117) seguidamente Celas (Coimbra), no ano de 1214, fundado por Sancha e posteriormente Arouca, através da princesa Mafalda (Martins, 2006:97), que mais adiante desenvolveremos.

se terem realizado em Valladolid, Henrique e Mafalda “não se ajuntarão, e permaneço a Infanta Rainha no estado de donzella”, ou seja, permaneceu virgem.

No entanto, este casamento não foi do agrado de D. Berengária, ex-rainha de Leão, que queria que o seu irmão Henrique se casasse com outra pretendente (Sousa, 1735:71). Posto isto, interpôs junto do papa Inocêncio III um pedido de anulação do casamento, apresentando como razão o parentesco entre Henrique e Mafalda, em grau proibido (Correia *et al.*, 1936:871). Perante esta denúncia, o papa atribuiu aos bispos de Burgos e Palência o estudo desta questão dando-lhes autoridade para anularem o casamento caso se provasse a consanguinidade entre ambos. Esta luta pelo poder acabou por ser facilitada em virtude de Henrique I ter falecido, em Junho de 1217 (Sousa, 1735:72), com 14 anos, quando brincava com companheiros num pátio (Proença, 1994:495) ou, segundo outra versão, ao cair de um cavalo (Natário, 2008:145). Desta forma, o casamento acabou “dissolvido por Deos” (Sousa, 1735:72). Este acontecimento ditou que a nova herdeira do trono fosse, a partir daquele momento, D. Berengária, conseguindo desta forma unir a coroa de Castela à de Leão (Sousa, 1735:72).

Após a dissolução, D. Mafalda terá agradecido a Deus o regresso à liberdade, voltando a Portugal com o título de “Rainha”, para viver da maneira que mais lhe agradasse (Natário, 2008:145), dedicando-se à religiosidade e à caridade. No entanto existem duas versões sobre o seu regresso à pátria mãe. Uma versão considera que, mal regressa de Castela, se enclausurou no seu mosteiro de Arouca, enquanto outra versão

afirma que procurou o conforto dos Ribadouro, na figura da sua velha ama, D. Urraca Viegas (Correia *et al.*, 1936:872).

Mas, independentemente da versão, o certo é que após estabelecer um plano de reestruturação do mosteiro de Arouca, D. Mafalda consegue, em 1224, que o bispo de Lamego D. Paio lhe autorize a substituir a ordem beneditina pela de Cister em Arouca<sup>5</sup> (Natário, 2008:152), mudando o hábito do negro para o branco<sup>6</sup>. De seguida, em 1230, D. Mafalda voltou-se para o mosteiro beneditino de Bouças e transformou-o, também, numa comunidade cisterciense (Correia *et al.*, 1936:872). D. Mafalda assume-se, assim, como uma religiosa cisterciense dedicada a expandir a fé, corrigindo os males provocados pela não observância da Regra verificada nos mosteiros beneditinos.

A sua vida monástica é bem exemplo do referido. Usava um “áspero cilício”, dedicava noites inteiras à oração e meditação e ficava em lágrimas ao se falar na morte ou no inferno (Cardoso, 1666:24). Seguindo a Regra, levou uma vida austeríssima exagerando nas penitências, dormindo sobre uma cortiça ou jejuando três dias por semana (Natário, 2008:152). Tinha, ainda, uma enorme veneração pela Nossa Senhora da Silva, com culto na Sé do Porto (Oliveira, 1999:799), onde se deslocava regularmente e deixava muitos ornamentos, vestidos e jóias (Cardoso, 1666:25) em oferta à dita Santa. Segundo Jorge Cardoso (1666:24), Mafalda Sanches “se deu toda a Deos, renunciando tam de veras as pompas, & faustos mundanos (...) deixando as ricas gallas de Rainha, vestio o pobre habito monástico, com summa alegria (...)”. Contudo e apesar de levar uma vida austera,

<sup>5</sup> O Mosteiro de Arouca, fundado no século VIII, pertencia desde a sua fundação aos beneditinos. No entanto, segundo reza a história este, no século XIII, “entrara em relativa corrupção” (Proença, 1994:495), levando ao pedido de mudança de hábito descrita acima.

<sup>6</sup> Para se compreender as transformações de mosteiros beneditinos para cistercienses, devemos explicar que a Ordem de Cister resultou de um movimento reformador no seio da ordem beneditina com o intuito de reconduzir a observância da Regra de São Bento à sua austeridade original. Muitos elementos do clero secular e monacal beneditino não estavam a concordar com os desvios que se verificavam então nos ideais que os tinham conduzido à vida religiosa. A cisão deu-se no ano de 1098. O facto de ser referido que Arouca estava em “corrupção” pode ser revelador que a regra beneditina não estava a ser cumprida na íntegra, havendo descontentamento com os beneditinos (Sousa, 2000:36).



dentro do rigor da disciplina de Cister, sem as mordomias dignas de uma “Rainha”, D. Mafalda era detentora de um vasto património, fruto de doações e heranças deixadas pelos seus pais e famílias nobres da região.

## 2. Património e obras pias no Vale do Sousa românico

O seu imenso património encontrava-se disperso por todo o reino, incluindo-se Marco de Canavezes, Lamego, Arouca, Seia, Matosinhos e ainda, a região do Vale do Sousa.

Do seu pai recebeu, ainda recém-nascida, o já referido Mosteiro de Bouças (Natário, 2008:145). Após a morte do seu progenitor, em Março de 1211, recebeu o mosteiro de Arouca. Quando a sua mãe morreu, sem ter feito testamento, as propriedades da rainha defunta passaram para três das suas seis filhas: Teresa, Sancha e Mafalda (Natário, 2008:83).

No entanto, o seu património não veio unicamente da sua família. A relação que teve com a família dos Ribadouro, quando jovem, também contribuiu para o aumento do seu património. É o caso de D. Urraca Viegas, que a educou como se fosse sua filha e lhe deixou, em 1199 (Lopes, 2004:110), uma parte considerável dos seus bens. Entre esse património destacamos as paróquias e honras de São Salvador de Aveleda e Santa Cristina de Nogueira, na “terra” de Lousada; as paróquias honradas e igrejas de São Tomé de Bitarães e São Cristóvão de Louredo; a honra de São Pedro de Gondalães, na “terra” de Aguiar de Sousa. Por fim, em terras de Penafiel (Correia *et al.*, 1936:872), as honras de S. Tomé de Canas, de Santiago de Louredo, de Santa Marta do Castro e de S. Martinho de Mozares<sup>7</sup>. D. Mafalda surge assim como uma dona poderosa e opulenta, senhora de extensos domínios territoriais e possuidora de mansões privativas inteiramente acumuladas de tesouros (Correia *et al.*, 1936:872).

Mas não se julge que guardou para si essa imensa fortuna. De uma forma geral, Mafalda Sanches soube aplicá-la a bem dos pobres, dos mais necessitados e das comunidades religiosas que a tiveram como protectora. Neste domínio, e não obstante ser monja cisterciense, soube favorecer outras ordens como os Franciscanos e os Dominicanos (Oliveira, 1999:799). A bem das populações, promoveu a sua fixação pelo fomento da produção agrícola, da pesca e da pastorícia (Oliveira, 1999:799). Seguindo o exemplo do seu avô e do seu pai, a sua obra piadosa estendeu-se, igualmente, à construção de pontes (Mattoso, 1992:160) e igrejas.

Nos inícios de 1256, ordenando o seu testamento, em que estabeleceu por testamentários a sua irmã D. Urraca Sanches, sua prima Áldara Peres, a abadessa de Arouca, o prior dos pregadores do Porto (Correia *et al.*, 1936:873) e o guardião dos Frades Menores (Sousa, 1735:72) da mesma cidade, deixou todas as suas riquezas incluindo-se nestas as terras, as casas, as jóias, o gado, os privilégios e os direitos a diversas instituições, desde mosteiros, como o de Arouca, Tuías, Santo Tirso, Vila Boa do Bispo e Alcobaça, pelas ordens dos Templários, do Hospital, de Avis, dos dominicanos do Porto e ainda às sés do Porto e de Lamego (Correia *et al.*, 1936:873). O mosteiro de Paço de Sousa não foi esquecido, tendo recebido uma parte do património, que mais adiante será referido.

Retomando o assunto principal deste artigo, devemos aludir que lhe são imputadas, no Vale do Sousa, uma série de doações e obras pias desde a concessão de Honras, a construção de igrejas ou pontes, nomeadamente entre os concelhos de Lousada, Paredes e Penafiel. Segundo Luiz Ferraz, esta benemérita aquando das suas diversas visitas que fazia do Mosteiro de Cête ao de Paço de Sousa espalhava benefícios pelo povo (Ferraz, 1895).

<sup>7</sup> A cidade de Penafiel chamava-se, na Idade Média, freguesia de S. Martinho de Mozares (Gomes, 1997:8) ou Moçares (Correia *et al.*, 1936:872).

Quanto ao Mosteiro de Paço de Sousa, e como já mencionado anteriormente, Mafalda Sanches deixou-lhe em testamento uma parte dos seus bens, demonstrando a estreita relação que tinha com a família fundadora do mosteiro. Entre esse legado devemos referir, no concelho de Lousada, sete casais na freguesia de São Salvador de Avelada (Gomes, 1996:74) e a “quintã” ou “honra” que a referida tinha na freguesia de Pias (Gomes, 1996:113). O mesmo aconteceu em Silvaes, cuja honra constituída por quatro casais (Gomes, 1996:119), bem como em Nogueira em que seis casais ficaram a pertencer a este mosteiro, por testamento de D. Mafalda (Lopes, 2004:310).

Relativamente à construção de espaços para o culto religioso, e segundo o *Catálogo dos Bispos do Porto* (Cunha e Pinto, 1742:267) e *O Minho Pittoresco* (Vieira, 1886:554), a igreja de Cabeça Santa, no concelho de Penafiel, foi fundada pela filha de D. Sancho I. Segundo a tradição, ainda em tenra idade, a infanta, durante uma das suas peregrinações que todos os anos a levavam a alguns dos mais conhecidos santuários do Porto e arredores, resolveu fundar em honra de Jesus – *Salvador dos Homens* – esta igreja<sup>8</sup>, talvez por achar que esta povoação se encontrava sem amparo espiritual, sempre necessário ao enraizamento das populações de então (Castro, 1951:2).

Se seguirmos a lógica das peregrinações, uma outra versão para a sua construção é mencionada por Jorge Rodrigues (2008:77) ao considerar que esta igreja terá tido origem numa provável devoção que a infanta tinha à relíquia guardada neste espaço religioso – a *Cabeça Santa* – que posteriormente deu azo à mudança toponímica na freguesia<sup>9</sup>. Para Carlos Brochado de Almeida *et al.* (2008:11) na Idade Média, as peregrinações transformaram-se num acto normal, de carácter anual e repetitivo, com intuito de agradecer os benefícios obtidos e solicitar novas graças para

si e para quem lhes havia confiado. Segundo os mesmos autores, é neste âmbito que se deve entender a insistência da beata Mafalda em fazer estadias em terras de Penafiel, como fomentadora da construção de igrejas. No mesmo sentido, Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que a construção de uma igreja permitia responder às necessidades do culto religioso, interiorizando o culto das cerimónias de baptizado, casamentos ou o dos mortos, ao mesmo tempo que respondia às necessidades anímicas de simbolização territorial. Ou seja, sem a igreja, faltava às comunidades o local de culto e o espaço símbolo da autonomia, da coerência e da coesão (Almeida, 2001:67), possibilitando a fixação da comunidade a um local.

Mafalda Sanches é tradicionalmente referida, também, como fundadora da Igreja de São Pedro de Abragão e de São Gens de Boelhe, no mesmo concelho de Penafiel. Relativamente à primeira igreja, a tradição atribui-lhe a sua fundação por volta do ano de 1200, conforme a epígrafe que se encontra nesta igreja, sobre o túmulo do abade Ambrósio Vaz Golias (Santos, 2008:14), na zona do sub-coro, do lado do Evangelho (Rocha e Santos, 2008:79):

«ESTA/IGREJA.PELOS.ANNOS.DOS/OR.ED/1200  
MANDOV.EDIFICAR.ARAINHA/D.MAFALDA.FILHA.DELREI  
D SANC/HO PRIMEIRODONOME NESTE REINO  
E/MVLHE.DELREI D HENRIQVE PRIMEI/RO DO NOME.EM  
CASTELLA: E POR SE AR/RVINAR FOI REEDIFICADA E  
ACCRES/ENTADA. NO ANNO DE 1668. PELO  
IND/IGNO.SACERDOTE ABBADE  
DELLA.AM/BROSIO.VAZ.GOLIAZ.CVIOSS OSSOS/  
DESCANSAO NESTA SEPULTURA ◊ S.I.P.L.»

Apesar desta inscrição, convém assinalar que, segundo Lúcia Rosas (2008:73), em 1105, é já relatada a existência da Igreja de Abragão, data em que Paio Peres Romeu doa, por testamento, a quarta parte de *Sancto Petro de Auregam* ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. No

<sup>8</sup> Esta informação foi retirada do livro, capítulo ou artigo Cabeça Santa: notícia histórica, p.7, estando este incompleto, não se sabendo o seu autor ou data de edição.

<sup>9</sup> Inicialmente a freguesia designava-se por São Salvador de Gandra. Só na primeira metade do século XVIII é que começou a ser conhecida por Cabeça Santa devido à relíquia então existente (Castro, 1951:2).

entanto, e segundo a mesma autora, aquela igreja não era o edifício respeitante à cabeceira românica que hoje se conserva, pois esta é datada do segundo quartel do século XIII, correspondendo assim a uma edificação atribuída à iniciativa de D. Mafalda (Rosas, 2008:73).

Non que concerne à fundação da Igreja de Boelhe por esta infanta, as dúvidas são maiores. As *Memórias Paroquiais*<sup>10</sup> de 1758 (Capela, Matos e Borralheiro, 2009:518) ou estudos históricos (Castro, 1950:2; Gomes, 1997:48) tendem a privilegiar a sua avó, a rainha D. Mafalda de Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques, também muito celebrizada na sua época como benfeitora, pela fundação de albergarias e pontes<sup>11</sup>. Ou seja, devido a esta miscenização entre avó e neta é imputada ora à Rainha D. Mafalda, ora à filha de D. Sancho I, a fundação das igrejas de Abragão e de Boelhe.

Não obstante esta miscenização queríamos lançar dois dados históricos para discussão, uma vez que podem ser relevantes para elucidar melhor este assunto, nomeadamente em relação à igreja de São Pedro de Abragão. O primeiro tem em consideração o que escreveu o redactor das *Memórias Paroquiais* da freguesia de Rio de Moinhos, em Penafiel, o reitor José Correia Moreira, quando este ao descrever a freguesia, em 1758, diz peremptoriamente “sem rumor em contrario” que a ponte aí existente foi fundada por Mafalda Sanches, a qual mandara fazer depois de “mandado edificar a igreja de Abregão e também a da Cabeça Santa (...) quando fez passagem por esta terra, aonde se deteve algum tempo junto ao rio Tâmega” (Capela, Matos e Borralheiro,

2009:570). Ou seja, para além de ser referenciada mais uma obra pia realizada por Mafalda Sanches, o relator das memórias desta freguesia menciona – sem qualquer elemento que o leve a pensar de forma diferente – que Abragão foi uma edificação mandada executar por Mafalda Sanches.

O segundo dado que nos pode ajudar a imputar a fundação à Beata é o caso de uma das imagens de devoção nesta igreja ser da personalidade histórica em estudo. Esta imagem encontra-se no retábulo colateral, do lado da Epístola, onde Mafalda Sanches se encontra representada numa figura feminina de média dimensão, vulto pleno, representada de pé em posição frontal. Tem o braço direito ligeiramente levantado e afastado do tronco. Segura com a mão esquerda, contra o quadril, um livro vermelho com debruo dourado. Tem longos cabelos louros que lhe caem sobre os ombros. Usa um colar de pérolas douradas. Túnica rosa, ricamente decorada por flores douradas, debruada a dourado, sobre vestido azul igualmente debruado e decorado. Corpete dourado, ostentadamente decorado por motivos vegetalistas em relevo destacando-se, no centro, um rosto de criança. Um manto laranja adornado por motivos foliáceos a dourado, com forro em tom de castanho, lançado sobre o ombro direito envolve a figura<sup>12</sup>.

De referir que não se sabe concretamente quando se iniciou a devoção à Beata em virtude de, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o padre relator de Abragão não mencionar esta imagem em nenhum dos três altares da igreja, indicando somente o Orago de culto (Capela, Matos e Borralheiro, 2009:511). Após análise

<sup>10</sup> As *Memórias Paroquiais* de 1758, resultam de um aviso, de 18 de Janeiro de 1758, do Secretário de Estado dos Negócios do Reino – Sebastião José de Carvalho e Melo – que fez remeter, através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os inquéritos sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas, para além da enunciação dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755. As respostas deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, sendo posteriormente encaminhadas para a Casa de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, da Congregação do Oratório, para serem trabalhadas pelo Padre Luís Cardoso (Botelho, 2010:75,77).

<sup>11</sup> Por exemplo, são atribuídas à mulher de D. Afonso Henriques, uma albergaria no Marco de Canaveses, onde eram recebidos e tratados os viajantes pobres, uma ponte sobre o rio Douro, em Barqueiros, uma outra sobre o Tâmega, bem como as barcas de passagem em Moledo e Porto de Rei (Rosas, 2008:129).

<sup>12</sup> Para a descrição iconográfica agradecemos a colaboração de José Augusto Costa, Técnico Superior da Rota do Românico.





Figura 1. Imagem da Beata Mafalda na Igreja de São Pedro de Abragão (Abragão, Penafiel).

iconográfica, José Augusto Costa remete a datação desta imagem para primeira metade do século XVIII, sendo corroborado por Elsa Marques da Silva<sup>13</sup>, justificando, pela forma como se apresenta, a movimentação dos panejamentos, assim como, a sua decoração, o pormenor do colar, o trabalho do rosto e principalmente, a ornamentação do busto e do cabelo.

Se a esta análise iconográfica juntarmos o facto da Beata ter sido beatificada em finais desse século, poderemos aludir que nessa centúria a devoção à beata Mafalda terá sido fortalecida com a beatificação, ajudando a reforçar a ideia de que o povo não se esqueceu que a ela se deveu a refundação da igreja de Abragão.

Para completar o rol de benefícios que concedia, de recordar que contemplava com bens os homens que estavam ao seu serviço. No Vale de Sousa, o abade de Ferreira, Domingos Aves, recebeu casais em Mozares, na “terra” de Penafiel (Correia *et al.*, 1936:873). Por conseguinte, estamos perante uma personalidade que mesmo dedicando-se à vida religiosa soube, também, prosseguir no Vale do Sousa com a obra de povoamento iniciada pelo seu pai, através de benefícios às populações e da construção de pontes ou igrejas.

### 3. Morte, misticismo e beatificação

Mafalda Sanches morreu de uma “aguda febre” (Cardoso, 1666:25), a 1 de Maio de 1256, segundo Alves de Oliveira (1999:798) e Anabela Natário (2008:153), ou nesse mesmo dia e mês, mas no ano 1257, segundo estudos de Lúcia Rosas e Márcia Barros (2008:230), em Rio Tinto, aquando da viagem de regresso após visita de culto à Nossa Senhora da Silva, na Sé do Porto.

Imediatamente surgiu a questão do local onde deveria repousar para sempre o seu corpo. Segundo Jorge Cardoso (1666:26), a própria Mafalda, ainda em vida, desejou ser sepultada em Arouca. No entanto, existe uma lenda que refere que a sua morte despertou uma rivalidade entre as povoações de Rio Tinto e de Arouca (Natário, 2008:152-153). Para a população de Rio Tinto ela deveria ser sepultada nessa terra, enquanto o povo de Arouca discordava, porque era no Mosteiro de Arouca que ela vivia e deveria ser essa igreja a sua morada final (Infopédia, 2011).

<sup>13</sup> Para a descrição iconográfica agradecemos a colaboração de Elsa Marques da Silva, Técnica Superior da Rota do Românico.



Estava a discórdia instalada quando, segundo a lenda, alguém se lembrou de dizer que se pusesse o caixão em cima da mula em que a monja cisterciense costumava viajar. Para onde o animal se dirigisse, esse seria o local escolhido para ser sepultada. Pelo que consta na lenda, a mula não teve dúvidas e rumou para Arouca, tendo parado apenas junto do altar de São Pedro, na igreja do Mosteiro de Arouca (Correia *et al.*, 1936:873).

No entanto, em 1616, para satisfazer a curiosidade das freiras de Arouca, o seu túmulo foi aberto, sendo o seu corpo encontrado incorrupto (Rocha, 1998:247). No ano seguinte, o bispo de Lamego, Dom Afonso Mexia, por ordem de Filipe III de Portugal, mandou abrir novamente o túmulo para averiguar da veracidade (Sousa, 1735:74) do corpo incorrupto. Posteriormente, o seu corpo foi trasladado para uma outra sepultura, em 7 de Agosto de 1619 (Sousa, 1735:74). Segundo Alves de Oliveira, a 16 de Junho de 1793, o seu corpo foi colocado num túmulo de ébano e prata com tampa de cristal, onde é designada por “Rainha Santa Mafalda” (Oliveira, 1999:799).

Perante uma vida cheia de benfeitorias, de amor a Deus e um corpo incorrupto digna de uma *Santa*, estavam reunidas as condições para se criar uma aura de devoção e culto em torno de Mafalda Sanches. Aliás, os cronistas encontram desde o seu nascimento o misticismo associado aos santos, sendo uma mulher predestinada a concretizar desígnios elevados não comuns aos demais mortais: “De manham naceo Maphalda e assim avia de ser porque de manham nace o sol e como Maphalda nacia para espoza do Divino Sol, como Sol avia de nacer de manham Maphalda” (Rocha, 1998:242).

Segundo Anabela Natário, de todas as filhas de D. Sancho I, Mafalda Sanches era a mais tolerante e caridosa, sendo a que mereceu mais a beatificação (Natário, 2008:146). Manuel Joaquim da Rocha (1998:240) citando D.M.D.J., monja cisterciense de Arouca e autora do manuscrito *Bemaventurada vida e gloriosa morte de Santa Rainha Donna Maphalda*, de 1676, informa que o processo que conduziu à

beatificação foi baseado em inúmeros milagres relatados pelas religiosas ao bispo de Lamego Dom Afonso Mexia, ao monarca de Portugal e posteriormente ao Papa, pedindo que subisse a Santa da Igreja Católica. Um dos milagres que lhe é atribuído foi aquando do incêndio que ocorreu nas oficinas do Mosteiro de Arouca, pouco tempo depois da morte de Mafalda.

Segundo a lenda, quando as cistercienses se preparavam para retirar da enfermaria os doentes internados, viram D. Mafalda a apagar as chamas com o sinal da cruz, possibilitando a salvação de todos os que lá estavam (Natário, 2008:153). Para reforçar o desejo da beatificação, justificou-se que era um modelo de vida penitente em que as suas imensas virtudes – entre elas a fé, esperança, caridade, prudência, justiça, humildade, pobreza, castidade, paciência ou a modéstia – foram “as armas com que visivelmente triumphava e conhecidamente vencia” (Rocha, 1998:242). Foi assim, uma mulher que a tudo renegou para se dedicar incondicionalmente ao amor divino. Em conclusão foi uma “(...) virgem prudentissima, de eminente perfeição, & caridade” (Cardoso, 1666:23).

O processo que a conduziu ao título de Beata terminou a 27 de Junho de 1793, quando o papa Pio VI confirmou-lhe o culto (Correia *et al.*, 1936:874). Já no século XX, a 27 de Julho de 1962, a Igreja Católica estabeleceu a sua memória, a 20 de Junho (Oliveira, 1999:799).

Os seus continuadores viram, desta forma, reconhecida a vida de uma infanta portuguesa que praticamente dedicou toda a sua vida a Deus e à realização de obras pias, para fins religiosos, de povoamento ou do bem-estar geral das populações.

Para além de ser lembrada catolicamente, o povo não se esqueceu das suas boas obras construindo, para esse efeito, cinco monumentos para perpetuar a sua memória ao longo dos séculos. Dois desses monumentos situam-se no Vale do Sousa, fazendo parte integrante do percurso Sul da Rota do Românico.

## 4. Memoriais em sua honra

O memorial de Ermida e o marmoiral<sup>14</sup> do Sobrado, situados em Irivo (Penafiel) e Castelo de Paiva respectivamente, juntamente com o de Santo António ou “Arco da Rainha Santa” (freguesia de Santa Eulália, Arouca), o de Alpendurada<sup>15</sup> (na freguesia de Alpendurada e Matos, concelho do Marco de Canavezes) e o, já desaparecido, memorial de Lordelo (freguesia de Ancede, Baião) estão, segundo a lenda, relacionados com Mafalda Sanches. Os três primeiros são, tradicionalmente, citados como ponto de paragem no traslado do seu corpo para o Mosteiro de Arouca. Como é referido no *Agiologio Lusitano* “onde quer que se detinhão, puzerão depois certas memorias, & arcos triumphaes de pedra laurada, que inda hoje persenerão (...)” (Cardoso, 1666:26). Já os exemplares de Alpendurada e de Lordelo, como estão deslocados do percurso funerário, servem para comemorar a passagem de Mafalda Sanches no contexto das viagens que fez, com a finalidade de fundar obras pias (Rosas e Barros, 2008:230).

Não obstante estas interpretações, convém salientar que existem, para determinados memoriais, outras versões avançadas por investigadores, que não os relacionam com a memória de Mafalda Sanches. Neste contexto é de mencionar o marmoiral do Sobrado, ou da Boavista como é também conhecido, em que Strecht de Vasconcelos, nas suas lendas de Castelo de Paiva, associa este monumento à morte de um cavaleiro durante um duelo ocorrido no século XII (Rosas e Barros, 2008:226). O memorial de Lordelo, actualmente desaparecido, e tendo

por base os dados referentes à sua construção, pode também não ser dedicado à beata em virtude de a cavidade sepulcral ser de contorno antropomórfico e destinado, teoricamente, a duas pessoas (Serenio e Dordio, 1994:2).

Tal como aconteceu com as obras realizadas ou atribuídas a Mafalda Sanches, nestes monumentos de memória não existem certezas absolutas, apenas dados baseados em lendas, investigações ou levantamentos históricos realizados com maior ou menor rigor científico. Ergue-se assim um campo de incertezas mas, porventura, propício para a realização de estudos históricos actuais e exaustivos sobre a matéria.

## 5. Conclusão

A vida de Mafalda Sanches assemelha-se, em muito, a um conto de fadas embora tenha sido marcado por diversas tormentas – passou por disputas de poder com o seu irmão, foi usada em jogos políticos entre reinos e viu o seu casamento anulado – até conseguir fazer o que desejou, uma vida dedicada a Deus, a luta contra as más aplicações das regras monásticas e a edificação de infra-estruturas civis e religiosas para a afixação dos povos.

Não obstante as lendas, as incertezas ou opiniões discordantes dos investigadores sobre as obras pias realizadas pela “Rainha Santa Mafalda”, não podemos menosprezar os dados que até nós chegaram, devendo confrontá-los e relacioná-los com o fim de aprofundar com mais veracidade e certeza a vida e obra desta Santa Rainha. Este foi um dos objectivos deste trabalho. Pensamos que

<sup>14</sup> Como podemos constatar temos a utilização de dois termos para designar a mesma tipologia de monumento. O termo *Memorial* deriva do latim *memorare*, que significa memória, enquanto *Marmoiral* deriva do termo *morbus* que significa doença ou morte. Desta forma, o uso da dupla designação e, portanto, do duplo sentido, funerário e memorativo, indicia que estes monumentos têm um valor simbólico, sendo uma das tradições mais arraigadas que associa os memoriais à passagem de cortejos fúnebres de personalidades notáveis. Segundo outros autores, este tipo de monumento serviria como marco para assinalar o limite de territórios sob as várias jurisdições dos coutos, devido ao facto de se encontrarem junto de mosteiros e nos caminhos de acesso a estes. Ou seja, a variedade de designações deste tipo de monumentos, pode ter como fundamento as várias funções que estes foram adquirindo desde a Idade Média até à actualidade (Rosas e Barros, 2008:228).

<sup>15</sup> Devemos referir que com o alargamento da Rota do Românico aos municípios do Baixo Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canavezes e Resende), cujo protocolo foi celebrado a 12 de Março de 2010, o Memorial de Alpendurada irá fazer, futuramente, parte integrante da Rota do Românico.

o conseguimos, embora estejamos conscientes de que há muito mais para dizer sobre esta questão. Para esse efeito demonstramos a sua pertinência histórica em dois pontos relevantes para o Vale do Sousa. O primeiro, ao nível da história regional. Apesar de ter vivido na idade adulta em Arouca e de aí estar sepultada, a beata Mafalda não esqueceu onde passou a sua infância, pelas obras pias que realizou sendo assim uma presença constante, uma figura proeminente da Época Medieval no Vale do Sousa. A sua importância deve estar ao nível de famílias, como os Sousas e os Ribadouro. Como segundo ponto demonstramos que estamos perante uma figura imprescindível para a compreensão da arte românica na região. Por um lado, só poderemos entender a história da igreja de Cabeça Santa, de Abragão, de Boelhe ou os monumentos da Ermida e Sobrado, se entendermos a história de vida desta beata, os seus relacionamentos com as famílias detentoras de mosteiros ou os caminhos

de peregrinação que realizava periodicamente. Por outro lado, sendo o Românico uma arte utilizada pelas ordens monásticas para fins religiosos (por exemplo, na simbologia dos portais ou na temática do afastamento do pecado), a acção da beata Mafalda insere-se nesse espírito românico, repercutindo-se na sua acção reformadora de mosteiros, na construção de igrejas ou no simples medo de pecar.

Estamos, em conclusão, perante uma religiosa poderosa, mas com espírito povoador e benfeitor que deixou a sua marca e memória no Vale do Sousa.

Para finalizar, e tendo em atenção que um tema histórico raramente se esgota num só artigo, esperamos que este texto tenha ajudado a suscitar o interesse para a realização de estudos mais exaustivos e actuais sobre a importância desta figura para a história da nossa região.

## 6. Bibliografia

- ALMEIDA, C. A. B.; ALMEIDA, P. M. D. B.; GONÇALVES, M. C. S. G. (2008) - *Caminhos antigos e de peregrinação em Penafiel*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.11.
- ALMEIDA, C. A. F. (2001) - *História da arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Editorial Presença, p. 67.
- BOTELHO, M. L. (2010) – *A igreja de Santa Maria de Airões: uma igreja românica da região do Vale do Sousa*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, p. 75,77.
- CAPELA, J. V. ; MATOS, H. ; BORRALHEIRO, R. (2009) – *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Edição José Viriato Capela, p.29, 511, 570.
- CARDOSO, J. (1666) – *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas ...* Lisboa: Officina Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de Sua Alteza. T.III, p.23-26.
- CASTRO, J. (1950) - Igreja de São Gens de Boelhe. In *Monumentos: Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa. 62 (Jun.), p.2.

- CASTRO, J. (1951) - Igreja de Cabeça Santa. *Monumentos: Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa. 64 (Jun.), p.2.
- CORREIA, A. M. *et al.* (1936) - Mafalda (D.) - In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. V.15, p. 870-874.
- CUNHA, R. ; PINTO, A. C. (1742) - *Catalogo dos Bispos do Porto*. Porto: Officina Prototypa, p.267.
- FERRAZ, L. B. L. C. (1895) - *Mosteiro de Cête: antiguidades, rendimentos, padroados, privilégios...* Porto: Typ. de Arthur José de Sousa & Irmão.
- FRANCO, J. E. ; MOURÃO, J. A. ; GOMES, A. C. C. (2010) - *Dicionário histórico das ordens e instituições afins de Portugal*. Lisboa: Gradiva, p.117.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1994) - *Guia de Portugal: 4º volume: Entre Douro e Minho: I: Douro Litoral*. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 495.
- GOMES, P. (1996) - *Lousada: terra prendada*. Paços de Ferreira: Anégia Editores, p.74, 113, 119.
- GOMES, P. (1997) - *Penafiel: uma história de séculos, sempre verde, sempre jovem...* Paços de Ferreira: Anégia Editores, p.8, 48, 61.
- Igreja de Cabeça Santa: notícia histórica (S/d). [S.l.:s.n.], p.7
- LA FIGANIÈRE, F. F. (1859) - *Memórias das rainhas de Portugal*. Lisboa: Typ. Universal, p.66.
- LOPES, E. T. (2004) - *Lousada e as freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.110, 310.
- MARTINS, A. M. T. F. (2006) - Espaço monástico: da cidade de Deus à cidade do homem. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. V.I, p. 97.
- MATTOSO, J. (1992) - *Portugal Medieval: novas interpretações*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda, p.160, 221, 391, 392.
- MATTOSO, J. (1999) - Moniz (Egas). In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura: edição século XXI*. Lisboa: Editorial Verbo. V.20, p.406-407.
- MAURÍCIO, D. (1999) - Afonso II (D.), o Gordo. In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura: edição século XXI*. Lisboa: Editorial Verbo. V.I, p.708.
- NATÁRIO, A. (2008) - *Portuguesas com história: séculos X a XIII*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol.I, p.83, 144, 145, 146, 152, 153.
- NUNES, M. ; SOUSA, L.; GONÇALVES, C. (2008) - *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*. Câmara Municipal de Lousada - Gabinete de Arqueologia.
- OLIVEIRA, M. A. (1999) - Mafalda (Beata). In *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura: edição século XXI*. Lisboa: Editorial Verbo. V.18, p.798-799.
- ROCHA, M. J. M. (1998) - Santa Rainha Mafalda: um modelo de perfeição: a construção da memória pelas monjas de Arouca no século XVII. In *Actas do Colóquio Internacional Cister - Espaços, Territórios, Paisagens*. [S.l.:s.n.], p.240-246.
- ROCHA, M. J. M.; SANTOS, D. G. (2008) - Igreja de São Pedro de Abragão: 2. A igreja na época moderna. In MACHADO, Rosário Correia (coord.) - *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, p.79.



- RODRIGUES, J. (2008) - O modo românico. In *Arte Portuguesa: da Pré-história ao século XX*. Coordenação de Dalila Rodrigues. [S.l.]: Fubu Editores. V.II, p.77.
- ROSAS, L. (2008) - Igreja de São Pedro de Abragão: 1. A igreja na época medieval. In MACHADO, Rosário Correia (coord.) – *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, p.73.
- ROSAS, L. (2008) - Igreja de São Gens de Boelhe: 1. A igreja na época medieval. In MACHADO, Rosário Correia (coord.) - *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, p.129.
- ROSAS, L.; BARROS, M. (2008) - Memorial da Ermida / Marmoiral de Sobrado. In MACHADO, Rosário Correia (coord.) - *Rota do Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa, p.226, 228, 230.
- SANTOS, M. J. F. (2008) - *Igreja de S. Pedro de Abragão: redescobrir um templo românico*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, p.14.
- SOUSA, A. C. (1735) - *História genealógica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até ao presente...* Lisboa Occidental: Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1735. T.I, p.71-74.
- SOUSA, M. (2000) - *Reis e rainhas de Portugal*. Mem Martins: SporPress, p. 33, 36, 38.
- VIALE, A. J. (1856) - *Bosquejo histórico-poético dos acontecimentos mais importantes ocorridos em Portugal até á morte do senhor Rei D. João VI*. Lisboa: Typographia da Revista Universal. Canto XXXIV, p.12.
- VIEIRA, J. A. (1886) - *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira-Editor. T.IV, p. 554.

## Documentos electrónicos

- INFOPÉDIA (2011) - A mula da Rainha Santa. *Infopédia* [Em linha]. Porto. [Consult. 20 Jan. 2011]. Disponível em WWW: \_URL:[http://www.infopedia.pt/\\$a-mula-da-rainha-santa\\_](http://www.infopedia.pt/$a-mula-da-rainha-santa_).
- ROTA DO ROMÂNICO (2011) - Beata Mafalda. *Rota do Românico* [Em linha]. Lousada. [Consult. 4 Jan. 2011]. Disponível em WWW: \_URL:[http://www.rotadoromanico.com/vPT/Historiador/Historia/PersonalidadesHistoricas/Paginas/BeataMafalda.aspx\\_](http://www.rotadoromanico.com/vPT/Historiador/Historia/PersonalidadesHistoricas/Paginas/BeataMafalda.aspx_).
- ROTA DO ROMÂNICO (2011) - Memória histórica. *Rota do Românico* [Em linha]. Lousada. [Consult. 4 Jan. 2011]. Disponível em WWW: \_URL:[http://www.rotadoromanico.com/vPT/Historiador/Historia/MemoriaHistorica/Paginas/Cronologia.aspx\\_](http://www.rotadoromanico.com/vPT/Historiador/Historia/MemoriaHistorica/Paginas/Cronologia.aspx_).
- SERENO, I.; DORDIO, P. (1994) - Memorial de Lordelo. *Monumentos.pt* [Em linha]. Lisboa. [Consult. 16 Jan. 2011]. Disponível em WWW: \_URL:[http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002\\_B2.aspx?CoHa=2\\_B1\\_](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B2.aspx?CoHa=2_B1_).

## Análise iconográfica

José Augusto Costa e Elsa Marques da Silva, Técnicos Superiores da Rota do Românico.